

## INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL: ENSINO E PESQUISA”

### UMA ANTIGUIDADE FORA DE LUGAR?

*Uiran Gebara da Silva<sup>1</sup>*

Desde meados de 2015, um espectro ronda o ensino de História no Brasil. Esse espectro se chama História Antiga. Ele já estava entre nós há um bom tempo, mas invisível, não dito, e só realmente adentrou o debate público com a querela em torno da primeira versão do Currículo de História apresentado como parte da Base Nacional do Currículo Comum então proposta.

Ora, a História Antiga é um campo do conhecimento sobre o passado cuja menção desperta simultaneamente as sensações de familiaridade e de exotismo. Essas sensações simultâneas e um tanto paradoxais são resultado das relações também paradoxais que a cultura brasileira estabelece com esse passado. Essas relações põem nesse jogo, entre a familiaridade e o exotismo, as linhas constitutivas da identidade com a qual rotulamos essa cultura, e cada tentativa de definição dela gera ou derruba uma nova fronteira entre o presente e esse passado. São fronteiras que tornam o familiar em exótico e vice-versa e, assim, dependendo de onde colocamos os limites, uma cultura brasileira, cristã, ocidental ou latino-americana, os paradoxos ficam mais ou menos explícitos.

Falo de cultura brasileira, mas poucas coisas são mais difíceis de definir precisamente do que o que seria essa cultura nacional (Mota, 2008; Ortiz, 1985). Por onde começamos? Pelos clichês? Pelo futebol e pelo samba? Talvez seja mais fácil pensá-la nos termos do seu processo de formação, da sua cristalização como um Estado Nação moderno – e aqui articulo as peças de um mosaico da cultura nacional com a ajuda da formação das estruturas de poder que as conformam e organizam. A formação histórica do Estado Nação brasileiro é entre outras coisas resultado de um processo de colonização moderna, fruto, portanto, da violência colonial europeia (Jancsó & Pimenta, 2000). Da mesma forma, a cultura brasileira a ele associada é resultado dessa violência no plano cultural. Essa cultura aparece dominada pela cultura europeia, da mesma forma que o Estado

---

<sup>1</sup> Pós doutorando do Departamento de História da USP – Bolsista Fapesp. Membro do LEIR e do conselho editorial da *Mare Nostrum*.

Nação se formou sob a hegemonia política e econômica europeia. Essa dominação mudou de forma, de modalidades, de abordagem, até mesmo de centro. Somos (somos?) parte do Ocidente Capitalista, talvez uma parte periférica, com anseios de grandeza e uma bipolaridade política que volta e meia nos arremessa de volta ao passado mais arcaico (Fernandes, 2006; Oliveira, 2003). O longo, árduo e ainda inconcluso processo de busca de autonomia nacional nos forçou a repensar e a recriar a nossa identidade cultural muitas vezes ao longo dos quase dois séculos de existência dessa “nação” (Schwarz, 2000). As imagens do passado, a memória social e a representação histórica, com as quais e sobre as quais fazemos essa recriação reiteradamente nos colocam perante uma ideia do passado que não foi criada aqui. E para nós, a grande dificuldade é que essa ideia de passado criada alhures ordena, organiza e fundamenta nossa percepção do passado (Guarinello, 2013). Ela também é fruto da violência cultural da colonização. Ela põe a Europa (ou o “Ocidente”) e a cultura europeia no centro da história, assim como elege a forma de sociedade burguesa – hoje financista – como o ponto final de uma suposta evolução histórica (Chesneaux, 1995; Fillafer, 2017).

A Antiguidade é um setor dessa ideia de passado “fora do lugar” e ela cumpre um certo papel aí. A narrativa da centralidade da Europa e do Ocidente (que não são a mesma coisa, mas se retroalimentam) está baseada na consolidação ao longo da modernidade de um discurso sobre o passado repartido em quatro eras, o que um importante historiador (Chesneaux, 1995) chamou de Quadripartismo (muito embora nem sempre os produtores desse discurso tenham usado as mesmas quatro eras, tendo elas sido, às vezes, apenas três). Essas eras são a versão mais abstrata (e por isso mais ideológica) do que um outro importante historiador chamou de “formas da História” (Guarinello, 2003).

As formas são fronteiras com as quais aqueles que refletem sobre épocas anteriores delimitam o lugar dos vestígios do passado, ora espacialmente, ora cronologicamente, ora a partir de valores. Esse processo quase sempre é muito mais ideológico do que se pensa à primeira vista e as formas mais efetivas são usualmente as que melhor disfarçam a sua artificialidade, naturalizando-se como parte da paisagem. Elas são um instrumento intelectual muito útil para aqueles que pensam o passado, pois elas são categorias geradoras de contextos documentais. Historiadores adoram essas formas, mas muitos outros acadêmicos nas humanidades e ciências humanas também as usam o tempo todo. O grande

perigo que as formas oferecem é que elas projetam no passado fronteiras inexistentes, recortes que frequentemente respeitam muito mais os valores e interesses do presente do que aqueles do passado. Em certo sentido, isso é inescapável: quase todas as nossas categorias seriam inexistentes ou teriam um equivalente irreconhecível no contexto da Antiguidade; e nem falo de luta de classes, o vilão usual, mas de noções como “cultura” (inexistente) ou “democracia” (equivalente irreconhecível).

A Antiguidade, sendo uma das eras, é uma dessas formas, das mais perigosas e anacrônicas. Ela é fruto de um processo de séculos de elaboração do passado europeu que organizou o mundo entre antigos e modernos (com uma era do meio) cujo resultado é a narrativa da centralidade europeia mencionada há pouco.

O espectro da História Antiga no Brasil é acompanhado por outro, o da História Medieval no Brasil, mas embora ambos estejam despertando desconfortos semelhantes, as respectivas dinâmicas de constituição de cada campo e os respectivos impacto ideológicos na cultura brasileira (escolar ou extraescolar) são diferentes o suficiente para que seja aceitável lidar separadamente com cada um deles.<sup>2</sup>

A Antiguidade é uma forma da História que organiza o passado do Mediterrâneo e arredores como passado “da” Europa. Ela é uma fronteira que recria aquelas sociedades antigas como uma etapa na evolução histórica da Europa; ela fez dos gregos e dos romanos, europeus. E isso mesmo quando eram gregos e romanos de regiões nada europeias, como, por exemplo, os gregos de Alexandria, ou os romanos de Antioquia. É por causa dessa incorporação e criação de fronteiras europeias sobre as sociedades antigas que ela é eurocêntrica.

Porém, o estudo das sociedades antigas não precisa necessariamente ser eurocêntrico, mesmo porque aquelas sociedades não poderiam ser europeias se não havia ainda uma Europa. A narrativa do Ocidente moderno constrói o seu passado e a sua identidade incorporando alguns aspectos dessas sociedades e ignorando muitos (Appiah, 2016; Goody, 2008). A parte dessa narrativa que era chamada de Antiguidade podia ser organizada a partir da ideia de “Clássicos”, isto

---

<sup>2</sup> Um conjunto recente de reflexões sobre a História Medieval no contexto brasileiro foi publicada no volume 11 da Revista Chilena de Estudos Medievais, 2017. Para uma reflexão candente sobre ensino de História Medieval e atuação política, cf. Bastos (2017). Para uma sugestão de desocidentalização, cf. Wickham (2007).

é, das obras monumentais, poéticas, artísticas, culturais, produzidas por gregos e romanos e que representariam os mais importantes valores que os modernos deveriam recuperar dos antigos (Beard & Henderson, 1998; Santirocco, 2016; Tatum, 2014). Podia também ser organizada a partir de uma equivalência entre as formações políticas do passado, a pólis e a *civitas*, e o Estado Nação (Geary, 2005; Morales, 2014; Vlassopoulos, 2007). Podia, ainda, buscar ver, à imagem e semelhança dos impérios do presente, os impérios do passado; ver lá o mesmo fardo civilizacional que se defendia aqui (Hingley, 2010; Silva, B., 2011).

Pensar a Antiguidade no Brasil é lidar diretamente com a recriação aqui dessa visão do passado “fora do lugar”. Por isso é um problema, mas problemas intelectuais e culturais desse tamanho devem ser resolvidos, não ignorados, pois eles não cessam de existir por decreto ministerial.

Gostaria de esclarecer os dois sentidos que tenho em mente quando digo que é um passado “fora do lugar”: o primeiro se refere ao que mencionei acima, a Antiguidade não é “na” Europa ou “da” Europa; o segundo é a visão de que ideias sobre essa Antiguidade pertenceriam apenas a habitantes de outros continentes que não as Américas (“pode não ser um passado só europeu e ser também líbio ou libanês, mas só será nosso via certo legado europeu”).

No primeiro caso, o problema vem sendo enfrentado e respostas têm aparecido, já que a pesquisa recente sobre a Antiguidade (na América e na Europa, inclusive nos grandes centros) tem demonstrado, cada vez mais, uma aguda consciência das dificuldades geradas pelo eurocentrismo e seu parceiro no crime de ocidentalização do passado, o Orientalismo. Progressivamente se operou, no contexto do estudo da Antiguidade, a desconstrução das dicotomias conceituais definidoras de uma superioridade do “Ocidente”: razão (vs. Mito), racionalidade econômica, acumulação comercial, Política (vs. Governos despóticos), História (vs. Povos sem mudança).

Em paralelo, operou-se o deslocamento do enquadramento espacial dos estudos sobre a Antiguidade, da Europa para o Mar Mediterrâneo. Esse enquadramento, na maior parte dos casos, é menos uma nova “jaula de ferro” do que um referencial um tanto quanto flexível. O emprego desse recorte, que é resultado de um ainda vivo e pouco consensual debate acadêmico, tendeu a evitar uma confortável naturalização do Mar Mediterrâneo como enfoque único para o estudo da Antiguidade. Tem, ademais, buscado sempre o reverso, o esforço de

problematizar constantemente esse espaço e sua relação com as comunidades ao redor e de desvendar os seus potenciais e seus limites como foco de atenção do investigador contemporâneo. Nesse sentido, o Mediterrâneo como enquadramento geográfico cria fronteiras espaciais que se somam às fronteiras na temporalidade que a noção de Antiguidade também estabelece. Escolher o Mediterrâneo como enquadramento, em lugar de Europa, por exemplo, é uma escolha arbitrária, mas não aleatória. É arbitrária porque é criada pelo arbítrio do pesquisador, posicionado em um contexto social, com um foco apontado para o passado que permite, entre outras coisas, criticar os pressupostos eurocêntricos no recorte “Antiguidade”.<sup>3</sup> Parte importante do nosso trabalho como pesquisadores sobre a Antiguidade é esboçar os potenciais, mapear os limites e os pontos cegos criados por essas noções e pelas fronteiras que elas estabelecem. A Antiguidade que aparece nesse contexto tem sido cada vez mais ampla e abrangente, da Idade do Bronze (2000-1200 a.C.) à Antiguidade Tardia (600-700 d.C.), e constrói seus objetos de estudo e suas problemáticas (como urbanismo, camponeses, cultura letrada e oral, religiões e cultos) com base nos mais variados tipos de dados empíricos (plantas e assentamentos, cerâmica, poesia épica, cartas e sermões). O recorte espacial a partir do Mediterrâneo não elimina o eurocentrismo, mas explicita mais claramente as disjunções e os paradoxos entre a “Antiguidade” e a “Europa”, entre a “Antiguidade” e o “Ocidente”.

Outro resultado dessa oxigenação dos estudos é a investigação dos processos de integração (e não-integração) que podem ser observados nessa Antiguidade. Têm sido frequentes as pesquisas que buscam entender em que medida essa Antiguidade é composta pelos contatos pontuais e prolongados, pacíficos e violentos entre as inúmeras comunidades em torno do Mar Mediterrâneo (Guarinello, 2010 e 2013). As várias pesquisas lidam, ora mais direta, ora bem indiretamente, com o papel que esse mar desempenhou na criação ou dissolução de fronteiras, facilitando ou dificultando os encontros entre comunidades. Assim como também busca delimitar e compreender quais são as trocas e transformações culturais que podem ser observadas, que identidades se

---

<sup>3</sup> O retorno do Mediterrâneo como enquadramento da Antiguidade e da Idade Média tem como marco a publicação do importante estudo de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2000). Uma reflexão proveitosa a respeito dos impactos dessa obra está em Harris (2011).

formaram e desapareceram, que relações de poder se disseminaram e se condensaram pelos vários espaços locais que compõem esse recorte. Não são menos importantes as questões ligadas às temporalidades desses vários processos.

E nesse contexto, é bom salientar que ver o passado com os olhos do presente não é exclusividade dos historiadores do século XIX, já que “todo historiador é filho de seu tempo”. Da mesma forma que antes o Estado Nação conformava gregos e troianos, hoje um paradigma global propõe que se veja aquelas sociedades e impérios da Antiguidade intensificando seus contatos e se integrando, como um sistema-mundo (ou império-mundo) antigo emulando a conectividade e a formação de redes da globalização moderna (Malkin, 2011; Morris, 2005; Morris & Manning, 2005; Morris & Scheidel, 2016).

O segundo sentido dessa extraterritorialidade da Antiguidade entre nós, no qual o estudo dela diria respeito apenas ao “velho mundo”, toca uma questão importante que diz respeito à formação cultural brasileira: o que se entende por cultura aqui e em que setor da nossa cultura estamos acostumados a colocar a Antiguidade e os Estudos Clássicos. Não por acaso, ao longo da formação da cultura nacional, a Antiguidade e os Clássicos ocuparam um lugar privilegiado. Se no processo de formação da identidade europeia a Cultura Clássica e a história da Antiguidade eram vistos como um legado importante (Hartog & Revel, 2001; Santirocco, 2016; Silva, G., 2007), definidor dos valores e da civilização europeia, a sua transposição para o contexto colonial e dependente da ex-colônia resultou na sua associação às camadas economicamente e politicamente dominantes que, não por acidente, pensavam a sua formação cultural em termos mais europeizados (Cairus, 2011). Os clássicos e a Antiguidade foram sendo assim apropriados, na sua versão eurocêntrica, por elites econômicas e políticas que os usufruíam mais pelos sinais de distinção social e capital cultural que traziam do que pelo conhecimento e descoberta que representariam (Chevitarese & Souza, 2008; Funari, 2008; Garraffoni, 2008). A Antiguidade é vista, ainda é vista, por causa disso, como uma área elitista do conhecimento do passado. Tem lá sua parte nisso, é verdade, o esforço e os gastos dispendidos na necessidade de erudição e proficiência em múltiplas línguas modernas e antigas que ela exige. Mas a vida de um estudioso de sociedades pré-colombianas, que não é visto com mesmo estigma, não é mais fácil desse ponto de vista.

Pesquisar a “A Antiguidade”, os “Clássicos” é ter de lidar sistematicamente, não com essa disjunção espacial (Velho Mundo-Novo Mundo), mas com o desequilíbrio de poderes e a violência cultural operadas pela colonização que elege certos objetos e bens culturais como mais “altos” do que os outros, mais “baixos”. Algumas culturas são, nessa perspectiva, mais culturas do que as outras. O primeiro passo a ser dado é reconhecer o desequilíbrio na valorização dos passados e bens culturais dos quais nossa cultura se apropriou e dar o espaço de reflexão devido às culturas ameríndia, africana e quantas mais forem necessárias. O segundo passo é aprofundar e incorporar em nossa visão da Antiguidade do Velho Mundo aquela desconstrução realizada pelos mais recentes estudos que “deseuropeizam” a Antiguidade (Greenwood, 2016; Horden & Purcell, 2000; Vlassopoulos, 2013). Não será suficiente para essa operação a reprodução do que se faz nos grandes centros, a repetição das ideias ali criadas, que oportunamente descolonizam a Antiguidade. Esse passo requer a radicalização de nossa relação com esse passado. Radicalizar o contato da cultura da América Latina e do Brasil com esse passado significa torná-lo nosso como objeto de conhecimento. Apropriando-nos dele ao problematizar, em lugar de ignorar, a via europeia e colonizadora pela qual ele chegou aqui. Ao criar os nossos próprios centros de estudo, ao fazer pesquisas de ponta, ao investir em bibliotecas e em aparatos de pesquisa, ao falar de igual para igual com os grandes centros (Silva, U., 2009).

Ora, já não fazemos isso? Em grande medida sim. Ainda há muito o que se fazer para o desenvolvimento dos estudos sobre a Antiguidade no Brasil, mas nos últimos anos o campo se expandiu profundamente. Nunca houve tanta atividade de pesquisa, tantos centros de estudo, tantos pesquisadores por aqui. E principalmente, nunca houve tantos programas de pós-graduação formando mestres e doutores como temos hoje. Pesquisas originais têm sido feitas e formas mais amplas de divulgação e de debate têm aparecido: periódicos digitais e livros, como se pode ver no artigo de Santos, Kolv e Nazário nesta edição.

Os trabalhos que se seguem refletem em grande medida a respeito daquele efeito paradoxal anteriormente mencionado e o problematizam no que diz respeito aos contextos de produção acadêmica e escolar de memória social sobre essa Antiguidade. O dossiê “História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa” começa com quatro artigos independentes, cujo tema em comum é a presença da

Antiguidade na sociedade brasileira e a sua relação com o Ensino de História em seus vários níveis. Assim, enquanto o artigo de Priscilla Gontijo Leite trata especificamente dos impactos possíveis da recente proposta de reforma na Educação Básica do Governo Temer e de questões suscitadas pela primeira e pela segunda BNCC, o segundo artigo, de Gilberto da Silva Francisco, analisa em termos mais gerais o lugar da História Antiga na memória social brasileira. Por sua vez, o terceiro artigo, de Ana Lucia Santos Coelho e Ygor Klain Belchior, retoma o tema do ensino e da política, e estabelece conexões entre a proposta original da BNCC, a realidade política brasileira e a possibilidade de usar a História Antiga para problematizar essa própria realidade. E, por fim, o texto de Fábio Augusto Morales apresenta uma importante reflexão sobre a necessidade de interação entre a pesquisa em História Antiga e a reflexão sobre o Ensino de História. Em seguida, na seção *Laboratório*, com o debate sobre a pesquisa, a formação em História Antiga no Brasil, a reflexão passa a ter como foco o perfil do profissional na área. Essa discussão tem como ponto de partida as análises quantitativas e qualitativas realizadas no artigo “O Ensino e a Pesquisa em História Antiga no Brasil: Reflexões a partir dos Dados da Plataforma Lattes”, escrito por Dominique Santos, Grazielle Kolv e Juliano João Nazário. A partir do texto inicial seguem-se as réplicas de Luís Ernesto Barnabé, Rafael da Costa Campos, Alex Degan, Gilberto da Silva Francisco, Juliana Bastos Marques, Guilherme Moerbeck e, por fim, Katia Pozzer, que abordam aspectos diferentes e variados da contribuição de Santos, Kolv e Nazário, problematizando-a e lançando novas questões. Ao final, há uma tréplica escrita por Dominique Santos, que tenta endereçar muitas das questões levantadas pelos comentadores.

Como se pode verificar nos artigos e no debate presentes neste dossiê, nós, pesquisadores da área de História Antiga, já fazemos muito. Pecamos, talvez, em algo que é comum à toda academia brasileira, por causa de uma tradição – brasileira e cordial – que é um pouco arredia ao debate sincero e honesto e que muitas vezes gera situações de respeito polido às opiniões contrárias e mascaramento dos conflitos – algo que tentamos mitigar com o debate apresentado nesta edição. Pecamos também pela dificuldade de constituir instrumentos fundamentais para a pesquisa e docência. Falta-nos coleções documentais e traduções críticas dos textos que estudamos, não porque os textos que já existem em inglês ou em francês sejam dispensáveis, mas porque

precisamos desses instrumentos em português, em *brasileiro*, formulando conceitos sobre a Antiguidade na nossa língua, recriando aquela Antiguidade, recriando todos aqueles textos latinos e gregos, assírios e egípcios em nosso contexto social. Pecamos, ainda, no nosso diálogo com uma História ensinada nas escolas e naquela esfera mais ampla da cultura que hoje em dia é denominada História Pública. Ainda há muito a se fazer nessa área ocupada majoritariamente por pessoas interessadas e jornalistas. Claro, tudo isso demanda tempo, trabalho e investimento. Temo muito os impactos sobre a nossa área do contexto temerário que enfrentamos, já que, como estudioso dos últimos séculos do Império Romano, sei uma coisa ou outra a respeito de usurpadores.

A familiaridade e o exotismo que o contato com o estudo da Antiguidade despertam são inescapáveis, principalmente quando esse estudo busca problematizar a relação com o passado, isto é, quando tem como objetivo desnaturalizar essa relação, deslocando e subvertendo a ideia de uma Antiguidade como herança cultural pura e simplesmente. Para isso, contudo, não basta a crítica à ideologia da “Herança Ocidental”. É necessário trabalho de investigação empírica dos vestígios da Antiguidade, assim como a organização de programas de pesquisa e constante reflexão sobre modelos teóricos, os objetos e problemas de pesquisa. Os trabalhos aqui, com diversas abordagens, contribuirão, tenho certeza, para a criação de uma relação mais complexa do nosso presente (ao menos o presente localizado nos estudos acadêmicos e no diálogo destes com a memória social que se produz em contextos escolares) com essa Antiguidade.

## Referências Bibliográficas

- Appiah, K. A. There is no such thing as western civilisation. *The Guardian*, Manchester, 11 de setembro de 2016. Acessado em 15 de setembro de 2017, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/nov/09/western-civilisation-appiah-reith-lecture>
- Bastos, M. J. da M. La Historia Medieval en Brasil. Investigación, Enseñanza y Acción Política. *Sociedades Precapitalistas*, 6(2), 2017, p. 1–11.
- Beard, M., & Henderson, J. *Antiguidade Clássica. Uma Brevíssima Introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- Cairus, H. O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In B. V. G. Vieira & M. Thamos (Orgs.), *Permanência Clássica. Visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011, p. 125–143.
- Chesneaux, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- Chevitarese, A. L., & Souza, R. J. de. Percepções Étnicas e a Construção do Passado Brasileiro. In A. L. Chevitarese, G. Cornelli, & M. A. de O. Silva (Orgs.), *Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Archai/Fortium, 2008, p. 99–112.
- Fernandes, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2006.
- Fillafer, F. L. A World Connecting? From the Unity of History to Global History. *History and Theory*, 56(1), 2017, p. 3–37.
- Funari, P. P. de A. Brasileiros e Romanos: Colonialismo, Identidades e o Papel da Cultura Material. In A. L. Chevitarese, G. Cornelli, & M. A. de O. Silva (Orgs.), *Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Archai/Fortium, 2008, p. 179–186.
- Garraffoni, R. S. “Pão e Circo”: uma expressão Romana no cotidiano brasileiro. In A. L. Chevitarese, G. Cornelli, & M. A. de O. Silva (Orgs.), *Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Archai/Fortium, 2008, p. 187–198.
- Geary, P. *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.
- Goody, J. *O Roubo da História. Como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- Greenwood, E. Reception Studies: The Cultural Mobility of Classics. *Daedalus*, 145(2), 2016, p. 41–49.
- Guarinello, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politéia-História e Sociedade, III*, 2003, p. 41–62.
- \_\_\_\_\_. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio. *Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, 1, 2010, p. 113–127.
- \_\_\_\_\_. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- Harris, William V. O Mediterrâneo e a História Antiga. Traduzido por Camila A. Zanon. *Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, n. 2, 2011, p. 76–112.

Hartog, F., & Revel, J. Note de conjoncture historiographique. In *Les Usages Politiques du Passé*. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 13–24.

Hingley, R.. *O Imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

Horden, P., & Purcell, N. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

Jancsó, I., & Pimenta, J. P. G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*, 21, 2000, p. 389–440.

Malkin, I. *A Small Greek World. Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Morales, F. A. *Democracia Ateniense Pelo Avesso: Os Metecos e a Política nos Discursos de Lisias*. São Paulo: Edusp, 2014.

Morris, I. Mediterraneanization. In I. Malkin (Org.), *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. New York: Routledge, 2005.

Morris, I., & Manning, J. G. (Orgs.). *The Ancient Economy. Evidence and Models*. Stanford: Stanford University, 2005.

Morris, I., & Scheidel, W. What is Ancient History? *Daedalus*, 145(2), 2016, p. 113–121.

Mota, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2008.

Oliveira, F. de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Ortiz, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Santirocco, M. S. Introduction: Reassessing Greece & Rome. *Daedalus*, 145(2), 2016, p. 5–19.

Schwarz, R. As Ideias Fora de Lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 9–31.

Silva, B. dos S. Romanização e os Séculos XX e XXI: a Dissolução de um Conceito. *Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, 2, 2011, p. 57–75.

Silva, G. J. da. *História Antiga E Usos Do Passado*. São Paulo: Annablume, 2007.

Silva, U. G. da. Que Mundo Latino? *Notícia Bibliográfica e Histórica (PUCCAMP)*, 51, 2009, p. 39–47.

Tatum, J. A Real Short Introduction to Classical Reception Theory. *Aurion: A Journal of Humanities and the Classics*, 22(2), 2014, p. 75–96.

Vlassopoulos, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge University Press, 2007.

Vlassopoulos, K. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Wickham, C. Memories of the Underdevelopment: What Has Marxism Done for Medieval History and What Can it Still Do? In C. Wickham (Org.), *Marxist History-writing for the Twenty first century*. Oxford: Oxford University, 2007.